

“No grande teatro da história”: Francisco Homem de Mello e os fazeres historiográficos oitocentistas (1858-1864)

“In the great theater of history”: Francisco Homem de Mello and the historiographic craft in the 1800s (1858-1864)

Magno Francisco de Jesus Santos¹

magno.santos@ufrn.br

<https://orcid.org/0000-0002-2218-7772>

Resumo: Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello (1837-1918) foi um importante pensador da História no Brasil oitocentista. Em sua trajetória profissional, atuou como sócio do IHGB, docente de História em instituições como o Imperial Colégio Pedro II, a Escola Nacional de Belas Artes e o Colégio Militar, além de ter exercido o cargo político de presidente das províncias de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. Neste artigo, analiso os fazeres historiográficos do autor em questão a partir de seus primeiros escritos que possibilitam a compreensão de sua concepção de História no âmbito da pesquisa e do ensino.

Palavras-chave: Fazeres historiográficos; Francisco Homem de Mello; IHGB; Colégio Pedro II

Abstract: Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello (1837-1918) was an important thinker of History in Brazil during the 1800s. In his professional trajectory, the baron was a fellow of the IHGB, professor of History at institutions like the Imperial Colégio Pedro II, the Escola Nacional de Belas Artes and the Colégio Militar, besides holding political positions such as president of the provinces of São Paulo, Bahia and Rio Grande do Sul. In this article, I analyze the historiographic craft of this author based on his first writings, which enable the understanding of his conception of history in terms of research and teaching.

Keywords: Historiographic craft; Francisco Homem de Mello; IHGB; Colégio Pedro II

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal/RN, Brasil.

Primeiro Ato

O campo de batalha e o gabinete, a pena e a espada decidem dos destinos da humanidade.

No grande teatro da história este interna-se pelas regiões infundas do pensamento, surpreende a verdade em seu augusto santuário, e enriquece os domínios da inteligência: aquele corre ao campo de batalha, cobre-se com os louros da vitória, e firma o império das ideias com a onipotência do sabre da guerra. A este cetro da ação: àquele o sacerdócio da inteligência. A um o teatro] sanguinolento da luta: a outro a mansão serena do pensamento.

Os feitos da guerra fascinam e assombam; inspiram a alma apaixonada do poeta; fazem a glória das nações, o triunfo muitas vezes dos grandes dogmas sociais. As letras rompem as trevas espessas do futuro; descobrem ideias novas; rasgam mais vastos horizontes aos destinos da humanidade, e alumiam os povos com o raio da verdade (Homem de Mello, 1858, p. V-VI).²

Este artigo tem como epígrafe as palavras escritas por Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello (1837-1918) no prólogo de “Estudos Históricos Brasileiros”, obra inaugural do então jovem aluno da Faculdade de Direito de São Paulo, publicada em 1858. O púbere autor, que se tornaria um prestigiado historiador da segunda metade do século XIX, apresentou a História como uma metonímia do teatro. A escrita sobre o passado era entendida como uma elucubração de dramas que envolviam atores e cenários que se emaranhavam em enredos traçados ao longo do tempo. A história era o teatro que encenava a verdade.³

Contudo, o que mais desperta a atenção nas palavras tecidas por Homem de Mello é a sua proposição de inserir o historiador entre os sujeitos que galgavam a glória. Em um jogo retórico de binômios, o pensador da história equiparou as ações do soldado em guerra e do historiador em seu ofício. O primeiro tinha como espaço de atuação o campo de batalha e, como recurso, a espada. O segundo atuava em gabinete, tendo por instrumento de trabalho a pena. Um agia na guerra; o outro, no pensamento. Um, nos combates, conquistava os louros da vitória e a onipotência das nações; o outro, na mansão do pensamento, conquistava a verdade e a inteligência. Assim, ao estabelecer os parâmetros correlatos entre a guerra e a história, Homem de Mello elucidava uma leitura na qual a pátria era construída em duas dimensões que se complementavam: nos campos de batalhas, por meio da

força bélica de soldados transmutados em heróis, e nos gabinetes, por meio da pena dos historiadores, que por vezes narravam essas conquistas.

Essa prerrogativa de pensar a escrita da história como um serviço patriótico equivalente às conquistas nos campos de batalha não foi um exercício exclusivo de Homem de Mello. Alguns anos antes, um dos mais destacados sócios do IHGB, Manoel de Araújo Porto Alegre, apresentou uma argumentação similar:

Ao literato já não pertence essa existência secundária na ordem social, essa vida de um crepúsculo que só depois da morte se devia engrandecer: os serviços intelectuais do ministério das ideias foram nivelados com os outros elementos civilizadores, e a sua glória igualada à do general, do magistrado e do estadista; os elos da cadeia civilizadora se acham entrelaçados fraternalmente, e caminhando para a mesma direção. Este triunfo tão solene, e que tanta luz vai derramar sobre a história da América, é equivalente àquela lei providencial, àquela reivindicação que pelos atos da posteridade o tempo concede ao gênio (Porto Alegre, 1849, p. 555).

Após a fundação do IHGB, os historiadores brasileiros galgaram um novo patamar em seu ofício, por meio da elevação à condição de heróis que contribuíam para a construção da pátria. Além de apresentar algumas prerrogativas atinentes ao ofício do historiador e à escrita da história, a publicação de “Estudos Históricos Brasileiros” possibilitou a inserção de Homem de Mello nos fazeres historiográficos. Como resultante da recepção do seu livro inaugural, ainda em 1858, o pensador da história foi admitido como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Boeira, 2014, p. 1). Três anos depois, em 1861, foi nomeado professor de História Antiga e da Idade Média do Imperial Colégio Pedro II. Homem de Mello permaneceu como professor de História do Pedro II até 1864, quando solicitou a exoneração do cargo em decorrência de sua nomeação como presidente da província de São Paulo. Ao apresentar os dados biográficos, Sacramento Blake informa:

Tendo estudado humanidades no seminário episcopal de Mariana, fez o curso de Direito em sua província natal e recebeu o grau de bacharel em 1858. Depois de ter exercido a advocacia na cidade de nascimento e ser eleito presidente da câmara municipal, firmando residência na cidade do Rio de Janeiro, foi nomeado

² Para facilitar a leitura, optei em atualizar a grafia das fontes historiográficas citadas, mas mantive a pontuação original.

³ De acordo com Manoel Luiz Salgado Guimarães, no período oitocentista, os sócios do IHGB defendiam a concepção de que “a história tinha uma função esclarecedora e deveria apontar caminhos para os que se ocupam da política: no fundo ela continuava sendo a *magistra vitae*” (Guimarães, 2011a, p. 73).

em 1861 professor de história antiga e da idade média no colégio de Pedro II, de que pediu demissão por ser nomeado presidente de S. Paulo em 1864 (Blake, 1893, p. 464).

Portanto, neste breve período de seis anos, Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello esteve diretamente vinculado aos dois principais espaços institucionais produtores de narrativas históricas do Império do Brasil. Por um lado, como sócio do IHGB, com a participação nas reuniões, apresentação de trabalhos e publicação de biografias.⁴ Por outro, no Colégio Pedro II, instituição modelar do ensino secundário imperial,⁵ onde ele planejou publicar um livro escolar de História.

Neste sentido, penso ser pertinente investigar as concepções atinentes aos fazeres historiográficos de Homem de Mello nesta primeira fase de atuação pública. Primeiramente, em decorrência do valor intrínseco de seu livro, no qual estabeleceu os parâmetros pensados para a elaboração de uma leitura acerca do passado da nação. Em segundo lugar, pela pertinência de discutir a concepção de história de um homem letrado, que, ao longo dos decênios subsequentes, ocuparia importantes cargos,⁶ como a diretoria do IHGB⁷ e a docência em instituições como a Academia Nacional de Belas-Artes e o Colégio Militar do Rio de Janeiro.⁸ Por fim, por ser um pensador da história emblemático em seu tempo, em decorrência de sua dupla atuação profissional como acadêmico e docente do ensino secundário, torna-se possível entender a sua concepção atinente aos fazeres historiográficos em perspectiva mais ampla, perpassando a pesquisa e o ensino.

Diante do exposto, neste artigo tenho como escopo a primeira fase da produção historiográfica de Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello. O propósito é analisar os fazeres historiográficos do autor em questão a partir de seus primeiros escritos, que possibilitam a compreensão de sua concepção de história no âmbito das investigações acadêmicas e da dimensão do ensino. Essa articulação entre ensino e pesquisa no oitocentos ainda constitui uma dimensão pouco elucidada na historiografia.

Se para Homem de Mello a história escrita poderia ser entendida como um teatro, esse artigo articula-se em dois momentos, propostos como cenas que apresentam o mesmo ator social em palcos diferentes. Na cena I, o palco é o portentoso IHGB, a “Casa da Memória Nacional”. Essa cena teve como lastro documental os principais escritos de Homem de Mello produzidos neste período, proeminentemente “Estudos Históricos Brasileiros” (1858), “Esboços biográficos” (1858) e “A constituinte perante à história” (1863). Esses escritos são pertinentes para entender a concepção de história defendida por Homem de Mello e foram cotejados com discursos e biografias publicadas na Revista do IHGB.

Na cena II, o ator permanece o mesmo erudito, vasculhador de coisas passadas, mas muda o palco. A tribuna do IHGB é substituída pelas salas de aula do Imperial Colégio Pedro II. O jovem ator transmuta-se em professor de História. Uma docência pautada no ímpeto reformador e na produção de novas narrativas acerca do passado. Em ambas as instituições, o ofício do historiador perpassava o processo de invenção do passado da nação, por meio da construção de culturas políticas (Berstein, 1998). No intuito de descortinar o pensamento de Homem de Mello acerca do ensino de História, mobilizo como fonte para esta cena a memória “Ensino Histórico no Imperial Colégio Pedro 2º”, escrito em 1864 e publicado em 1868, no livro “Esquitos Históricos”. Trata-se de uma fonte que expressa como a experiência docente de Homem de Mello constituiu um sopro que mobilizou esforços no sentido de repensar os conteúdos e o tempo dedicado a cada disciplina escolar. Assim, é o momento de adentrar a cena inaugural.

1. Cena I: no palco do IHGB

22 de outubro de 1858. Era fim de tarde. Na sede do IHGB, membros da diretoria do sodalício se preparavam para mais uma reunião ordinária, contando, inclusive, com a presença do Imperador Pedro II.⁹ No expediente do dia, o primeiro-secretário, Manuel de Araújo Porto Alegre, informou sobre o recebimento de ofertas, incluín-

⁴ Sobre a questão das biografias nos institutos históricos no Brasil, podem ser consultados os trabalhos de Santos (2009), Oliveira (2011), Boeira (2013), Enders (2014), César (2018) e Santos (2020a, Santos, 2020b).

⁵ Sobre o papel atribuído ao Colégio Pedro II na formulação curricular do ensino secundário de História no Brasil imperial podem ser consultados os trabalhos de Gasparello (2004), Melo (2008), Enders (2014), Dória (1997), Santos (2019; Santos, 2020).

⁶ Na sessão ordinária do IHGB, no dia 20 de abril de 1918, foi anunciado o “falecimento do consócio barão Homem de Mello, grande benemérito, eleito em 3 de julho de 1859 e falecido a 4 de janeiro último” (IHGB, 1918, p. 294).

⁷ Em diferentes momentos ao longo da segunda metade do século XIX e dos dois primeiros decênios do século XX, Francisco Marcondes Inácio Homem de Mello ocupou cargos na diretoria do IHGB, como primeiro secretário e segundo e terceiro vice-presidente (Santos, 2020b).

⁸ Após 1889, com a eclosão do governo republicano, o então Barão Homem de Mello se afastou da vida política, passando a dedicar-se exclusivamente aos fazeres intelectuais. Continuou a integrar a diretoria do IHGB e, no magistério, desde abril de 1889, assumiu as cadeiras de História Universal e Geografia do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Em 1896, tornou-se professor da cadeira de Mitologia na Escola Nacional de Belas-Artes e, em 1897, assumiu a cadeira de História das Artes na mesma instituição. Além disso, chegou a ser diretor da Biblioteca Nacional.

⁹ Estavam presentes na sessão os seguintes sócios: o Visconde de Sapucaí, o conselheiro Cândido Baptista, Dr. Lagos, Manuel de Araújo Porto Alegre, J. Norberto, cônego Fernandes Pinheiro, Dr. Figueiras, Coruja, Cláudio, Emílio Maia, Gomes Jardim, Perdígão Malheiros, Gonçalves Dias e Sebastião Soares (IHGB, 1858, p. 440). De acordo com Manoel Luiz Salgado Guimarães, a partir de 1848 o imperador Pedro II passou a participar da maior parte das reuniões realizadas no IHGB (Guimarães, 2011a, p. 78).

do, “também pelo autor, o Sr Francisco I. M. Homem de Mello, os seus ‘Estudos históricos brasileiros’” (IHGB, 1858, p. 441). A oferta foi encaminhada para a comissão de História, no intuito de que fosse realizada a avaliação da obra e, assim, avaliar o ingresso do pesquisador no seletivo grupo de sócios da agremiação de letrados.¹⁰

Com isso, na mesma sessão, também foi apresentada a proposta: “os Estudos Históricos brasileiros do Sr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, sirvam de títulos de admissão de sócio, para que o mesmo senhor possa fazer parte desta associação como sócio correspondente” (IHGB, 1858, p. 441). Admitido como sócio, o bacharel passaria a integrar o mais notável grupo de homens letrados da sociedade imperial. No ano seguinte, na terceira reunião ordinária do sodalício, ele já se encontrava entre o imperador e os sócios presentes (IHGB, 1860 p. 641).

Aparentemente, a carreira de Francisco Homem de Mello teve uma ascensão meteórica após a publicação de seu livro inaugural, como uma lufada que varreu os corredores de algumas das principais instituições culturais da corte. Em pouco tempo, o jovem estudante de Direito tornou-se um nome recorrente nos debates públicos, fosse nas reuniões do IHGB, fosse nas notas biográficas publicadas na revista do sodalício ou ainda nas preleções no Pedro II. Juventude que, inclusive, foi usada como justificativa para possíveis fragilidades interpretativas em seus escritos acerca do passado pátrio:

Alentados por essa inspiração do dever, ousamos abalancar-nos a esta tentativa histórica, que reconhecemos superior às nossas forças. Nosso trabalho leva consigo os defeitos, que caracterizam os ensaios da mocidade. Não importa: triste doutrina fora essa, que nos reduzisse à inação por não podermos no primeiro esforço atingir a perfeição. Modesto e sem pretensão, aí está o nosso trabalho, cujo único merecimento deriva-se todo do motivo, que o ditou. É uma ideia, que afagamos desde nossos primeiros anos, e que tímida se ergue hoje em seu berço de infância para aquecer-se à luz vivificante da publicidade. Nossa glória, se alguma pudéssemos ter, fora de haver fadado à pátria o balbuciar de uma inteligência inculta ainda, que tateia vacilante os primeiros passos da carreira literária (Homem de Mello, 1858, p. XII-XIII).

Mais do que logros metodológicos ou de exposição de documentos inéditos,¹¹ Francisco Homem de Mello registrou o seu intento futuro de construir novas interpretações atinentes ao passado nacional. Contudo, mesmo reconhecendo as limitações oriundas do ímpeto jovem, o autor registrava o dever cívico de pensar a história do Brasil e contribuir para a constituição de um legado historiográfico. O conhecimento histórico produzido no país era o espólio o qual os homens de letras delegavam ao futuro:

Essa tarefa grandiosa não a comportam nossos minúsculos recursos. Não podemos, entretanto, resistir ao dever de pagar nosso tributo à causa das letras. Todos nós, que passamos pela terra, temos obrigação de legar ao futuro o fruto de nossos trabalhos, e justificar nossa existência. A sorte de Asvero pesa sobre a humanidade. Caminhar! caminhar sempre [...] (Homem de Mello, 1858, p. XI-XII).

No entender de Homem de Mello, o conhecimento histórico poderia ser pensado como um tributo às letras e um legado às gerações futuras. Um patrimônio acumulado ao longo do tempo, por meio da junção de narrativas. De certa forma, ele preconizava um modelo de entendimento dos saberes históricos como um caminho infinito a ser trilhado pela humanidade.

Por isso, a escolha da metáfora do judeu errante¹² para justificar o interminável registro sobre a saga da humanidade. Um caminho infundável, que não deixava de impelir o historiador a asseverar o seu ofício. A história constituía, então, o ato de caminhar e caminhar. Não como um castigo divino ou como uma pena por maldizeres. A história se fazia coletivamente, por meio do registro e acúmulo de saberes. A imortalidade não pertencia ao judeu errante ou a qualquer outro indivíduo, mas ao coletivo, à humanidade, que seguia o caminho trilhado por ancestrais e repassava a função para as novas gerações. Neste prisma, o passado se tornava espelho do porvir, na sempre renovada fórmula epistêmica dos antigos.¹³ No tocante à pátria, Homem de Mello preconizava:

Os grandes feitos nacionais, as tradições da pátria não são uma quimera, um puro luxo de saber humano: são

¹⁰ Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães, a partir de 1851, no IHGB “colocou-se, igualmente, o aprimoramento dos critérios de ingresso de novos sócios, impondo-se como requisito a apresentação de um trabalho científico para a sua aceitação” (Guimarães, 2011a, p. 79 e 84).

¹¹ A publicação de documentos inéditos constitui uma das principais ações de sócios do IHGB, no intuito de cumprir com o objetivo estatutário de coletar, coligar e metodizar fontes para a história do Brasil. Essa postura está presente na trajetória de historiadores como o Visconde de Porto Seguro, que publicou inúmeros documentos na Revista do IHGB (Cézar, 2018).

¹² Asvero, mais conhecido como o judeu errante, é uma lenda cristã que descreve um homem coetâneo de Jesus, que trabalhava em um curteme de Jerusalém. No caminho da crucificação, ao ver Jesus cair, ele teria dito que Jesus deveria levantar e continuar a caminhar. Então Jesus teria amaldiçoado o homem, condenando-o a caminhar pelo mundo, sem morrer, até o fim dos tempos. Em outras versões, o judeu errante é Samuel Belibeth, um sapateiro que morava na Via Crucis e, quando Jesus passou carregando a cruz e lhe pediu água, ele teria dito que “se era o filho de Deus que fizesse jorrar água do chão” (Ferreira, 2000, p. 1-7).

¹³ Sobre a questão dos usos dos antigos no âmbito do IHGB, podem ser consultados os importantes trabalhos de Rodrigo Turin (2011; 2015).

uma religião respeitável e santa, em que os pais devem educar os filhos para lhes ensinarem o caminho da glória; são o culto das nações, que os perpetuam para entronizar a virtude e votar o vício à execração eterna. Arrancando do pó do passado os grandes homens, a história os apresenta às gerações presentes, como modelos de virtude, que devem ser religiosamente guardados. Os grandes homens não morrem nunca: perduram sempre como monumentos, que não se perdem, como símbolos vivos que traduzem épocas inteiras (Homem de Mello, 1858, p. XI).

Na prerrogativa historiográfica defendida por Homem de Mello, a elucubração dos grandes feitos nacionais deveria nortear a formação das novas gerações. Desse modo, os pais deveriam sentir-se impelidos a educar os seus filhos no sentido de propiciar o culto à nação. A história fora pensada como a reverberação de um projeto que iria instituir a nação brasileira (Guimarães, 2011b). Em uma perspectiva atrelada ao anseio patriótico, a história emergia como uma demanda que poderia sedimentar os sentimentos, unificar os anseios políticos de um povo, em suma, forjar um passado em comum para o país. A história forjava uma cultura política para o Império do Brasil. Desse modo, “a história é interpretada como se a nação já fizesse parte do núcleo do passado” (Guimarães, 2011a, p. 230).

Contudo, na proposta defendida por Homem de Mello, a nação deveria se tornar inteligível para as novas gerações a partir de um modelo de narrativa comum no período oitocentista brasileiro: a biografia.¹⁴ Cabia ao historiador arrancar os grandes homens do “pó do passado”, evocando-os como modelos dos tempos pretéritos, a serem seguidos de forma espelhada no presente. Na assertiva de Homem de Mello, os chamados grandes homens poderiam traduzir ou revelar as proezas de seu tempo. Em suma, a biografia confundia-se com a história. A escrita biográfica instituiu um modelo de olhar e contemplar o passado, e a história elucidaria os exemplos de virtude.

De antemão, Francisco Inácio Homem de Mello aludiu à escrita biográfica a partir da concepção de grande homem. Tratava-se de uma concepção devedora do iluminismo e que trazia como prerrogativa a evocação da trajetória de homens que haviam se destacado nos fazeres científicos e literários, como bem expressou Maria da Glória de Oliveira (2011). Essa definição se coadunava com a premissa de incluir os homens de le-

tras no panteão dos heróis da pátria, como construtores efetivos da nação. Assim como os heróis conquistaram as glórias pelas armas, os grandes homens trilharam o mesmo percurso pelas letras. Essa analogia entre história, biografia e teatro mobilizada por Francisco Homem de Mello era devedora da escrita historiográfica do pensador francês Victor Cousin, orador do Instituto Histórico de Paris (Guimarães, 2011a, p. 109).

Neste sentido, é possível inferir a proximidade epistemológica entre alguns sócios do IHGB e os egressos da Faculdade de Direito de São Paulo. Homem de Mello entendia a sua escrita como uma missão, que buscava adentrar o passado escuro, iluminar as experiências de outrora para trazê-las como inspiração no presente. Por isso, os possíveis reconhecimentos atinentes à sua escrita deveriam emergir apenas no futuro. Ao escrever história, o historiador mobilizava a experiência sobre diferentes temporalidades, ao cruzar passado e futuro. Sua premissa revelava conotação de memória ao fruto de seu labor intelectual, a servir de fomento à escrita da história em tempos vindouros. Para Isadora Maleval, a “busca era por guardar o ‘livro de ouro’ em que seriam registrados os grandes acontecimentos da nossa idade, para ser deixado como um precioso legado às gerações futuras” (Maleval, 2015, p. 140). Para o autor:

Estamos de antemão convencidos, que no futuro apenas conservará o nosso livro o lugar modesto de uma reminiscência de nossa mocidade. É a nossa ambição; e mais que não desmereça ele das simpatias das pessoas sensatas, sob cuja proteção o colocamos.

Se nos não falecerem as forças; se a flor da esperança, que ora nos desabrocha na alma com a fé do futuro, não pender pálida e triste, ferida pelo vento frio da tarde, amanhã seguiremos nosso caminhar pela noite escura do passado! (Homem de Mello, 1858, p. XIII).

Na escrita mobilizada por Homem de Mello, a história emerge como uma missão patriótica, um serviço prestado ao Estado Imperial, um projeto de futuro. O passado era evocado para orientar as ações dos homens que atuavam no poder no tempo presente. Essa prática constituiu uma prerrogativa associada à escrita da história oitocentista, pois “ao historiador que, como pessoa esclarecida, sabe em que consiste o objeto da história, cabe a tarefa de instruir seus contemporâneos naquilo que constitui sua felicidade: serem fiéis súditos do Estado monárquico” (Guimarães, 2011a, p. 127).

¹⁴ Na historiografia oitocentista, as biografias ocuparam um lugar privilegiado, pautadas em modelos que buscavam constituir um panteão nacional, baseado no modelo de herói (inspirado nos antigos) e do grande homem (de inspiração iluminista). Sobre o lugar das biografias no IHGB oitocentista, podem ser consultados os trabalhos de Oliveira (2011), Santos (2009), Enders (2014) e Cézár (2018).

Quantas vezes nos não apresenta a história o sublime espetáculo de um povo, que busca em seu passado as armas para reaver seus foros postergados? [...]. Quantas vezes não param os povos assombrados diante do passado, que, com a majestade dos tempos que se foram, surge da tumba para aviventar um presente inerte e acordar no coração dos povos o fogo sagrado do patriotismo? (Homem de Mello, 1858, p. X-XI).

No arrazoado de Homem de Mello, a história foi mobilizada a partir de uma funcionalidade empírica no tempo presente. Neste sentido, o historiador não deveria atuar como um homem letrado escuso, com propostas difusas e às margens do poder. Pelo contrário, o historiador deveria atuar como um letrado público, uma voz a ser ouvida pelos homens do poder. Ao evocar os grandes episódios do passado, a história possibilitava a avaliação das ações no tempo presente. Essa premissa corrobora o argumento defendido por Eliete Tiburski, ao afirmar: “O século XIX marca, assim, um momento de consolidação em diversos âmbitos. Não se trata apenas de definir a nação ou o estado brasileiro, mas também de instituir um conceito de história” (Tiburski, 2011, p. 72).

A história serviria como orientação para a atuação política e, conseqüentemente, direcionava a elaboração de projetos políticos de futuro.¹⁵ Neste sentido, ao considerar a dimensão empírica da funcionalidade do conhecimento histórico, é plausível pensar a concepção de história defendida por Homem de Mello a partir da ideia de cultura política.¹⁶ Ao invocar a história da nação, o historiador construía uma leitura comum de passado, com o intuito de forjar uma identidade nacional. Ao aventar os usos do passado na orientação das ações do presente e do futuro, o historiador contribuía para fomentar um projeto compartilhado de futuro.

De modo acurado, Francisco Homem de Mello construiu uma concepção de história na qual era possível observar uma finalidade empírica. O conhecimento do passado se tornara uma necessidade *sine qua non* para que os governantes engendrassem seus países em nações civilizadas. No decurso de seu livro inaugural, ele definiu a história também em dimensão utilitária. Assim, ela serviria para “Reviver as glórias do passado, reconstruir a nacionalidade abatida, acordar no peito da geração atual a centelha apagada do patriotismo: eis o que a história com nobre preeminência, compele realizar” (Homem de Mello, 1858, p. VIII).

Neste sentido, as demandas do tempo presente não deveriam constituir óbice ao ofício do historiador oitocentista, e tampouco impossibilitar a prerrogativa da objetividade do vasculhador das coisas passadas. A valorização da objetividade não incidia em ignorar os problemas enfrentados no tempo presente, mas, sim, o rigor no trato das fontes e na crítica histórica, no intuito de possibilitar a escrita da história com a presunção de um ato de justiça. Esse arrazoado confirma a polifonia conceitual atinente à história no âmbito do IHGB, que, no entender de Tiburski, “abriu um espaço para a constituição de uma história do tempo presente, mesmo que de maneira fugaz” (Tiburski, 2011, p. 79). Por esse motivo, ele enfatizou a correlação entre a atuação do historiador e a mobilização das paixões, pois “o historiador não penetra na noite do passado, nessa necrópole venerável das gerações extintas sem sacudir a poeira das paixões do dia” (Homem de Mello, 1858, p. II-III). Como o teatro, a história pulsava.

Em “Escriptos Históricos”, livro com primeira edição em 1862 e a segunda em 1868, Homem de Mello argumentou sobre a história como um pleito de justiça e gratidão: “[...] julgamos cumprir um dever de gratidão para com a geração da independência, restaurando desde já essa época desfigurada de nossa história” (Homem de Mello, 1868, p. V). Foi nesse livro que ele elencou alguns pressupostos epistemológicos da história:

A conjectura havia substituído a história. Na ignorância dos monumentos esquecidos do tempo, cada um aventurava à vontade sobre a constituinte apreciações ditadas por seus princípios políticos. Esse juízo, assim formulado, sem exame, sem conhecimento dos atos praticados, tomou o caráter de um preconceito. [...]. No estado, em que se achavam as ideias sobre esse período, julguei ser uma empresa digna da gravidade da história, restaurar os grandes nomes de nosso país, salvando da tirania das preocupações políticas essa página memorável de nosso passado (Homem de Mello, 1868, p. II).

A escrita da história foi definida como um ato de salvamento do passado e de seus grandes homens. Contudo, nem todas as ações do passado eram consideradas dignas do registro histórico. Homem de Mello buscou estabelecer as diretrizes sobre a escrita histórica:

¹⁵ Essa perspectiva historiográfica foi amplamente defendida no âmbito do IHGB. No relatório anual de 1843, foi definida a ideia de que “a história é a memória das nações, disse um sábio filósofo, e de seu copioso depósito derivam elas a necessária instrução, ou para se regularem no presente, ou para penetrarem o futuro, seguras em sua marcha” (Barbosa, 1843, p. 29).

¹⁶ Neste artigo operacionalizo o conceito de cultura política a partir de Serge Bernstein, ou seja, como “uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa [...] e supre ao mesmo tempo uma leitura comum do passado e uma projeção no futuro vivida em conjunto” (Bernstein, 1998, p. 351). Além disso, a partir de René Rémond, busquei compreender a historiografia de Homem de Mello como uma narrativa que elucidava uma leitura na qual se tornava possível entender questões que extrapolavam o universo da escrita da história e adentravam a questão política, a partir das definições preconizadas pelos historiadores (Rémond, 2003, p. 13).

A história é a vida escrita da humanidade; o quadro grandioso, em que se refletem fielmente todas as suas fases, seus movimentos, suas épocas. Elevada pelas luzes do século à categoria de ciência, não é sua missão registrar acontecimentos insignificantes e fortuitos, que nenhuma importância e consequência envolvem (Homem de Mello, 1858, p. 1).

Homem de Mello elaborou a sua concepção de história a partir dos debates cientificistas vigentes ao longo do século XIX, pautado no rigor metodológico e no uso de fontes. Foi inspirado nos critérios científicos que ele estabeleceu os parâmetros que deveriam nortear a seleção dos “grandes acontecimentos”:

A ciência não caracteriza indistintamente de fato histórico qualquer acontecimento produzido pelo homem no teatro do mundo externo; discrimina com acurado estudo os factos estéreis e insignificantes daqueles que denunciam uma causa certa, e fazem-se acompanhar de consequências significativas e fecundas.

Historiar é julgar; é chamar ao tribunal da razão os crimes e as virtudes dos homens que se foram; repreendê-los, ou louvá-los segundo os eternos princípios da justiça. Encarados pela ciência, os fatos simbolizam a tradução dos grandes princípios, que atuam constantemente na vida exterior dos povos; revestidos desse caráter é, que eles merecem a atenção do historiador. Considerados em sua nudez, despidos da apreciação filosófica, os acontecimentos materiais são o esqueleto mudo que não pode satisfazer as prescrições severas da ciência.

Estudar a vida, os feitos das gerações extintas, recordar o passado, esse túmulo majestoso das grandezas da humanidade, eis a nobre missão da história (Homem de Mello, 1858, p. 2).

Como cientista, cabia ao historiador distinguir os grandes fatos em relação aos acontecimentos estéreis que ocorriam na humanidade. Para serem dignos do registro histórico, os episódios deveriam apresentar causas e consequências. É importante ressaltar que, ao mobilizar o viés científico da história, Homem de Mello operou por meio de analogias das ciências médicas, no intuito de constituir a definição dos fatos a partir de seus antagonismos. Com isso, foram alocados os antônimos como estéreis e fecundos e a analogia dos acontecimentos como esqueleto da sociedade, de modo que o historiador despia as camadas do tempo para evocar cientificamente o passado. No entendimento de Maleval, “o ideal de imparcialidade foi ainda mais solicitado [...], assim como uma compreensão da história como juíza dos acontecimentos” (Maleval, 2015, p. 140). Neste sentido,

O historiador é o investigador incansável que busca a verdade prestes a desaparecer na noite do passado; é o obreiro da ciência, que tenta ressuscitar uma vida, que encheu outrora a terra, mas que cedeu à inexorável lei do tempo, e sepultou-se no esquecimento (Homem de Mello, 1858, p. 2).

Ao “ressuscitar o passado” e evitar a vitória do esquecimento, o historiador galgaria sua glória. O êxito do ofício do historiador coincidia com a exaltação da pátria, pois ele emergia como o “obreiro da ciência” responsável pela luta contra a lei do tempo e do esquecimento. A história foi proposta como um conhecimento importante não somente para o êxito da política estatal, mas também para a própria sobrevivência da nação tida como civilizada. Estrategicamente, Homem de Mello suscitou uma escrita amparada pelo elogio dos mortos e silêncio acerca dos vivos. A intervenção do historiador no presente deveria ocorrer pela busca de experiências exemplares que pudessem orientar as ações no hoje e não pela reflexão histórica sobre o tempo presente. Ao analisar a vasta produção biográfica de Homem de Mello na Revista do IHGB, Luciana Boeira explicita: “[...] a interdição velada em se refletir sobre pessoas ou assuntos de um passado recente, se impunha fortemente. E para não falar dos vivos, Homem de Mello preferia reverenciar os mortos” (Boeira, 2013, p. 216). Sem polemizar acerca do passado próximo, Francisco Homem de Mello elucidou sobre a missão da história:

É essa a missão grandiosa, que ele está reservado [que lhe está reservada NO ORIGINAL]. Eco eloquente de todas as gerações passadas, a história é um elemento poderoso e fecundo na vida dos povos para seu engrandecimento e glorificação. Como o homem, tem também a humanidade um passado, que é muitas vezes a poesia de seu viver. Um povo, que não se inspira nas páginas de sua história, que não recorda em jubiloso entusiasmo as tradições da pátria, é uma entidade morta, cujos dias sucedem-se em fria esterilidade sem um progresso, sem um fato social, que os assinale. As tradições nos povos são muitas vezes o incentivo das grandes ações, o grito onipotente para suas portentosas epopeias: é por elas, que o soldado se atira animado ao combate para defender um nome, uma glória, que conquistaram séculos. Feliz o povo, que conta em sua vida um passado de grandes recordações! (Homem de Mello, 1858, p. IX).

A concepção de história mobilizada por Francisco Homem de Mello encontrava-se ancorada em um utilitarismo no qual a ciência histórica serviria de orientação e de fomento ao patriotismo. Trata-se de uma fórmula

metodológica observada por Arno Wehling acerca da escrita da história entre os sócios fundadores do IHGB, na qual, “metodologicamente, as concepções que emanam dos textos demonstram uma visão ainda setecentista de história, compreendida como pragmática” (Wehling, 1983, p. 14-15). Neste sentido, Homem de Mello usou sua escrita como uma invocação aos homens de letras para mobilizar a história no processo de consolidação da nação brasileira, no intuito de fomentar a sedimentação da identidade nacional por meio da produção de crônicas que pudessem vencer a morte.

As gerações passadas não morreram; elas vivem em nossas crônicas, perduram em nossas tradições. A história forma entre os vivos e os mortos uma cadeia infrangível, que torna o homem de hoje o contemporâneo de Homero e de Platão, de César e de Alexandre. Entretanto, mais de uma geração confundiu suas cinzas com o solo, que pisamos; e nós ignoramos suas tradições, seus feitos, seu viver! Mais de três séculos são passados sobre essa terra, que esconde seus ossos; e o passado é para nós uma página muda! É tempo de erguer a lápide, que os cobre, insuflar-lhes vida, e, em nome da história, pedir-lhes conta do tributo, que pagaram à causa da nossa civilização, à causa da humanidade (Homem de Mello, 1858, p. 3).

Desse modo, a escrita da história poderia ser pensada como uma estratégia de romper com o silêncio dos mortos, tornando os homens do presente contemporâneos dos “grandes homens do passado”. A história emergia como um tributo e a experiência de outrora como uma inspiração que poderia guiar as novas gerações na causa civilizadora. Neste sentido, as crônicas históricas passavam a ser entendidas como um panteão onde seria possível cultivar a memória dos feitos que edificaram a nação. Feitos que tinham como palco privilegiado de rememoração os bancos escolares.

2. Cena II: no palco do Colégio Pedro II

Muda-se o palco da história. Nos grandes salões do Imperial Colégio Pedro II, Francisco Homem de Mello evocava os antigos para a formação do futuro da nação, a elite política que iria ocupar os principais cargos burocráticos da corte. Um palco diferenciado que o levou

a constituir a habilidade de pensar e produzir narrativas históricas para públicos diversos. Neste aspecto, Airton José Cavenaghi defende:

Mello foi um típico político da época do Império. [...] Com grande aptidão para os assuntos históricos e geográficos, elabora uma série de trabalhos relacionados a esses assuntos, publicando-os em diversos locais e para diferentes públicos (Cavenaghi, 2006, p. 204).

Desse modo, é possível inferir que, ao escrever sobre história para públicos diferenciados, torna-se salutar pensar a sua compreensão atinente ao ensino de história. De alguma forma, a atuação de Francisco Homem de Mello no âmbito da principal instituição de ensino secundário do país (Gasparello, 2004; Melo, 2008; Bittencourt, 1993) explicita algumas possibilidades de compreensão dos fazeres historiográficos no Brasil oitocentista.

Primeiramente, pelo papel modelar exercido pelo Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, que serviu como padrão para os demais estabelecimentos de ensino secundário no país, inclusive de escolas secundárias mais antigas, como o Ginásio Pernambucano e o Atheneu Norte-Rio-Grandense. Segundo, nesta instituição ocorreu a construção dos parâmetros definidores da História como disciplina escolar.¹⁷ Além disso, o colégio foi fundado em 1837, alguns meses antes da fundação do IHGB, o que denota um indício atinente à confluência [o que é um indício da confluência?] de propostas na construção de um projeto de nação. Ambas as instituições se tornaram espaços privilegiados na produção e disseminação de leituras atinentes ao passado pátrio, bem como no processo de construção dos laços que atrelavam o passado do Império do Brasil ao do mundo europeu tido como civilizado.

Por fim e não menos importante, o Colégio Pedro II foi um reduto que agregou, ao longo do século XIX, alguns dos mais proeminentes nomes do pensamento historiográfico brasileiro, como Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo, João Baptista Calógeras, João Ribeiro, Sílvio Romero, Luiz de Queiroz Mattoso Maia, Justiniano José da Rocha e Pedro Couto. Em grande medida, homens de letras que também atuavam em instituições literárias e científicas como a Academia Imperial de Belas-Artes, o Conservatório Dramático e o próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Homens que enfrentaram o problema de tornar o passado da nação narrável, inteligível e ensinável.

Neste sentido, torna-se salutar problematizar como um de seus professores operacionalizou o conhecimento

¹⁷ Neste artigo a disciplina escolar foi pensada a partir da proposta defendida por André Chervel, na qual “a disciplina escolar é constituída por uma combinação, em proporções variáveis, conforme o caso, de vários constituintes: um ensino de exposição, os exercícios, as práticas de incitação e motivação e um aparelho decimológico” (Chervel, 1990, p. 205).

histórico em sua prática docente. No caso de Francisco Homem de Mello, a atuação docente ocorreu no período entre 1861 e 1864, quando ele ministrou a cadeira de “História antiga e medieval”. Era uma cadeira que, no âmbito curricular do Pedro II, era consideravelmente prestigiada, e seus conteúdos evocavam a experiência histórica do tempo antigo, “entendida como a de alguns povos em torno do Mediterrâneo, com especial acento para gregos e romanos; a Idade Média, como oposição ao Mundo Moderno” (Bittencourt, 2009, p. 78). Além disso, até o final do oitocentos, o ensino de História no Colégio Pedro II seguia um currículo de inspiração francesa, com predomínio da História Universal, em que, segundo Bittencourt, “predominava o estudo da história geral, dividido pelos grandes marcos da história profana” (Bittencourt, 2009, p. 78). O ensino da História Universal nos bancos escolares da principal instituição de ensino secundário de um império em formação elucida o projeto político de amplificar os vínculos identitários com o Velho Mundo, ao atrelar a nação brasileira como herdeira das “antigas civilizações”.

Ao exercer a docência da prestigiada História Universal,¹⁸ em um Império que buscava fundar as suas tradições na Antiguidade clássica,¹⁹ o professor Homem de Mello produziu um importante documento que registrou as dificuldades encontradas no ensino, bem como as suas propostas de reformulação do currículo. Trata-se do texto “Ensino Histórico no Imperial Colégio Pedro Segundo”, escrito em agosto de 1863, publicado em “Escriptos Históricos e Literários” em 1868. É um texto destinado ao imperador Pedro II e apresenta elementos que se aproximam de um relatório. Ainda nas primeiras linhas do documento histórico, o autor enuncia as prerrogativas estruturantes de sua observação do currículo: “[...] recomenda, que apresente a indicação das alterações, que se devem fazer no programa da cadeira de história para o próximo ano futuro [ano próximo futuro NO ORIGINAL] , quais os embaraços, que tenho encontrado no ensino, e os meios de os resolver” (Homem de Mello, 1868, p. 361).

Ao pensar a redefinição da disciplina de História na principal instituição de ensino do país, Homem de Mello enfrentava o problema de entender o lugar da história na formação do corpo burocrático do Brasil. Neste sentido, torna-se pertinente analisar essa escrita, considerando a assertiva de Martins de Andrada Júnior segundo a qual “o dr. Francisco Inácio Marcondes Homem

de Mello só não pensou em história quando não pensou em coisa alguma” (Andrada Júnior, 1921, p. 27).

Ao avaliar o chamado “ensino histórico” no Pedro II a partir de sua experiência docente de dois anos, Homem de Mello explicitou, inicialmente, as dificuldades de aprendizagem dos conteúdos históricos por parte do alunado. Tais problemas foram justificados como consequência da ineficácia do currículo, que estaria estabelecido como o ensino de formação de história e não voltado para uma formação geral, bem como em decorrência do despreparo discente. Esse foi o caso explicitado em relação às turmas do terceiro ano, quando cursavam “História Romana”:

No terceiro ano, encontro grande dificuldade no ensino da história romana, e só alguns poucos alunos, de notória capacidade e talento precoce, aproveitam com esse estudo. O maior número não tem o desenvolvimento intelectual necessário para bem discernir os fatos históricos. Muitas vezes, a um esforço real do aluno não corresponde resultado algum, por não poder ele compreender os acontecimentos. Tenho notado que a sua atenção só se prende em particularidades [...] (Homem de Mello, 1868, p. 361).

No entendimento de Francisco Homem de Mello, os problemas identificados no ensino de História eram decorrentes da ausência de um adequado desenvolvimento intelectual da maior parte do alunado. Com isso, apesar de reconhecer o esforço dos discentes, os resultados eram irrisórios, prendendo-se apenas às particularidades e não ao cerne da história, com as suas causas e consequências, ou, como o próprio docente já havia explicitado, na habilidade de identificar “o esqueleto dos acontecimentos”. Esse aspecto considerado pelo docente é relevante para pensar o teor dos conteúdos lecionados. Observa-se que Homem de Mello não desqualificou a inteligência de seus discípulos e tampouco demonstrou a ausência de empenho. O seu argumento pauta-se no problema da densidade dos problemas históricos lecionados no ensino secundário e na juventude do alunado, que ainda não possuía a maturidade necessária para o ensino de História Universal. Desse modo, o docente adentra uma seara que se tornaria recorrente no debate educacional brasileiro, no tocante a quando a história deveria ser ensinada.²⁰ Contudo, o problema aventado não se referia propriamente

¹⁸ No período imperial, o currículo do ensino secundário vigente no Colégio Pedro II privilegiava o ensino de História Universal, que ocupava quatro anos, enquanto a História do Brasil se fazia presente apenas no último ano do curso, “quase como um estudo anexo” (Bittencourt, 2009, p. 78).

¹⁹ O projeto de nação empreendido ao longo do período imperial perpassava a construção de uma civilização nos trópicos, sob forte inspiração das chamadas civilizações clássicas. Isso pode ser observado na ênfase no ensino de gramática latina e do direito romano nas faculdades de Direito de São Paulo e de Recife (Schwarcz, 1993).

²⁰ Esse foi problema debatido por parte dos pensadores da Educação da segunda metade do século XIX, notadamente, Rui Barbosa, que, na década de oitenta do XIX, pensou os problemas de aprendizagens de crianças em decorrência da complexidade do método histórico (Santos e Ferronato, 2019).

à iniciação, mas ao ensino de conteúdos adensados, em seu modo mais complexo e que exigiria habilidades de interpretação que fossem além da descrição dos fatos. Homem de Mello sinaliza para um ensino que forjava eruditos, pautados no método histórico.²¹ Imbuído dessas preocupações, ele também elencou o risco moral:

Não há um só aluno, que forme uma ideia exata da constituição tão engenbosa do povo romano, da política profunda do senado, ou das leis de Rômulo, de Sêrvio Túlio, ou das Doze Tábuas. Demais: a história romana, tão rica em grandes virtudes no tempo da república, como fértil em monstruosos crimes na época dos Calígulas e Heliogábalos, não é de certo o ensino mais conveniente para ser oferecido inteligências tão tenras. Tudo que os anais do crime podem oferecer de mais horroroso, é aí dado em espetáculo. Cumpre que a inteligência do aluno esteja fortalecida com outras ideias para poder entrar no conhecimento desses factos (Homem de Mello, 1868, p. 361-362).

Como um docente que pensava a história a partir de uma perspectiva utilitária, de orientação das condutas no tempo presente, o ensino de conteúdos que ferissem a moral era visto com ressalvas. Afinal, no processo de formação dos homens que iriam atuar no cenário político nacional, como poderiam ser ensinados os episódios marcados por experiências nocivas, como cenas de crimes monstruosos ou até mesmo experiências republicanas na Antiguidade clássica? Se a história atuava como um espelho do passado que inspirava os homens do presente na construção do futuro, a seleção dos conteúdos implicava um grande desafio, pois não se tratava apenas de uma questão pedagógica, mas de êxito de um projeto de nação pautado nos valores monárquicos. Com isso, ele foi taxativo: “A experiência do ensino durante dois anos tem me demonstrado, que o curso de história no Imperial Colégio de Pedro II não está bem distribuído pelo atual programa, e reclama instante reforma” (Homem de Mello, 1868, p. 361).

Francisco Homem de Mello tentava sensibilizar o imperador para um problema curricular de História. Segundo o seu entendimento, não havia a necessidade de a instituição possuir um ano para o mundo antigo e outro ano destinado exclusivamente ao estudo de Roma antiga. Indiretamente, o professor de História questionou o projeto de nação operacionalizado no país, no qual o currículo de história privilegiava a Antiguidade. Sobre essa questão ele argumentou:

É preciso não perder de vista que um colégio de instrução secundária não é destinado a formar eruditos em cada especialidade das ciências; dá-se nesses estabelecimentos um ensino geral, estudando-se ao mesmo tempo diversas matérias, que põem em igual contribuição as faculdades intelectuais do aluno. Depois, cada um aprofundará no seu gabinete a especialidade que for da sua vocação. O que se deve desejar é que o aluno tenha noções claras, precisas e exatas de cada matéria (Homem de Mello, 1868, p. 362).

A crítica tecida por Homem de Mello explicita uma questão fulcral no âmbito da historiografia brasileira: afinal, qual era a finalidade da formação secundária? A defesa do docente perpassava a prerrogativa de fomentar a formação geral, pautada em noções mais generalizantes e que possibilitassem a atuação de seus egressos no corpo burocrático do Império do Brasil. Era um espaço destinado à preparação das faculdades mentais de seus pupilos. Contudo, ao defender que essa deveria ser a finalidade do Imperial Colégio Pedro II, ele revela que a prática educacional vigente destoava dessa premissa. Ele informa que o colégio fazia exatamente o que não deveria ser efetivado naquele espaço: formar eruditos em cada especialidade das ciências.

Mas o que seriam esses eruditos especializados em cada ciência? Em dicionários do oitocentos, o erudito é apresentado como o “dotado de erudição, que contém erudição”, e a erudição é apresentada como “saber, notícia literária” (Pinto, 1832, p. 436). A definição pouco assertiva e ambígua sinaliza que se tratava dos sujeitos que possuíam conhecimento acerca de algo. Entretanto, no caso elucidado por Homem de Mello, tratava-se dos eruditos especializados em cada ciência, ou seja, de alguma forma, ele entendia que o Colégio Pedro II estaria formando eruditos capazes de pensar as diferentes ciências.

No caso de sua disciplina, a História, com o ensino distribuído ao longo de cinco anos, ele entendia que ali estavam formando eruditos que teriam condições de construir o conhecimento histórico. Esse argumento leva a repensar a ausência de espaços de formação específica no campo da História no Brasil oitocentista. Pela descrição tecida pelo docente, o Colégio Pedro II e, conseqüentemente, as demais instituições congêneres equiparadas ao seu currículo atendiam em parte essa demanda de formação de pesquisadores em História. A densidade do programa e a fragilidade na formação geral eram decorrentes da prática de formar eruditos, inclusive na História.

²¹ Ao longo do século XIX e dos primeiros decênios da centúria posterior, a mobilização do método histórico no processo de ensino da História foi constantemente acionada por docentes como Américo Brasiliense (Santos, 2020a), padre Rafael Galanti (Santos, 2019) e Manoel Bomfim (Santos, 2021b).

O problema da formação de eruditos foi retomado ao comentar sobre as deficiências no estabelecimento do currículo de História da Idade Média, que também possuía os conteúdos distribuídos em dois anos letivos. No entendimento do docente,

Tem-se sempre encarecido a dificuldade desta parte da história. Há porém perfeito engano em supor que essa dificuldade se remove, descendo a um estudo minucioso de particularidades, dividindo-a em um curso de dois anos. Certamente, se se quiser fazer um estudo erudito das grandes coisas da idade média, talvez a parte mais fecunda da história, nem três anos são bastantes. Em um colégio, porém, ainda uma vez o repito, não se formam eruditos.

O que constitui a dificuldade do estudo da idade média, é a variedade dos acontecimentos, que se produzem ao mesmo tempo em um amplíssimo teatro (Homem de Mello, 1868, p. 362).

O argumento do professor catedrático de “História Antiga e da Idade Média” era contundente. O currículo do ensino secundário no Colégio Pedro II explicitava uma ambivalência tingida entre a expectativa de preparar burocratas dotados de uma formação “humanística geral” (Souza, 1999) e o executado em sala de aula, com uma formação similar à dos eruditos, incluindo os especializados na História. Neste sentido, pautado na análise avalizada pelo docente oitocentista, é possível afirmar que a formação de eruditos na sociedade brasileira imperial ocorria tanto no âmbito das faculdades de Direito, Medicina e Engenharia como em instituições como a Academia de Belas-Artes e o Colégio Pedro II, onde os discentes passavam cinco anos estudando a história universal. Para Homem de Mello,

Pelo programa atual, o estudo da História está partido em um curso de cinco anos: é difícil, em um tão largo espaço de tempo, poder o aluno conservar uma vista retrospectiva, uma ideia geral sobre o grande todo da história: deste modo estudam-se pedaços de história, mas não se estuda história universal (Homem de Mello, 1868, p. 363).

Aqui ele passava a elucidar a presença de uma fragmentação das temáticas lecionadas no âmbito da história universal, que partia da Antiguidade, passava pelas civilizações clássicas, pelo mundo medieval, até a Europa moderna e contemporânea, para chegar ao Brasil como última instância da civilização e herdeiro do legado histórico dos antigos. A pulverização dos conteúdos, em cinco anos, era entendida pelo docente como uma fragi-

lidade que impedia o entendimento do processo como uma continuidade e herança. A aprendizagem histórica centrava-se nas partes e não no “universal”. Para solucionar esse problema, ele propôs uma redução do currículo, com um ano para a antiga Roma e outro apenas para a Idade Média, com “tempo suficiente para estudá-las sem esforço”. De acordo com a sua proposta, “o estudo da história universal só deve começar no quarto ano, da seguinte maneira: 4º. Ano: história antiga, compreendendo a romana. 5º. Ano: história da média idade em um só ano” (Homem de Mello, 1868, p. 364).

Essa recomendação em reduzir os anos da presença da História Antiga e Medieval no currículo do Colégio Pedro II estava amparada por uma experiência vivenciada em sua trajetória docente no ano de 1862. Sobre essa prática experimental ele asseverou:

No ano letivo de 1862, por necessidade especial do ensino, os alunos do 4º. e 5º. Ano tiveram de estudar história antiga e romana; esse estudo começou no 1º. de maio, tendo-se empregado os três meses anteriores no estudo da história da idade média. Como os alunos tinham o necessário desenvolvimento, o estudo foi feito suavemente nos seis meses restantes; e os exames, pelos quais se deve aferir o aproveitamento, apresentaram um resultado sumamente lisonjeiro (Homem de Mello, 1868, p. 362).

Ao evocar suas experiências docentes, Homem de Mello revela uma inversão da ordem das disciplinas por meio do método cronológico regressivo. No seu entendimento, o ensino da História Medieval no momento anterior teria contribuído para facilitar a aprendizagem de seus discentes e apresentou como prova dessa melhoria os resultados dos exames finais. De acordo com o professor Homem de Mello, essa proposta de redução do tempo de ensino de História não traria prejuízos para a aprendizagem, pois a “questão é toda de método, e não de tempo” (Homem de Mello, 1868, p. 363). Ao criticar o método de ensino, o docente explicitou alguns valores atrelados ao estudo da História:

O que constitui a dificuldade do estudo da idade média, é a variedade dos acontecimentos, que se produzem ao mesmo tempo em um amplíssimo teatro. Acumulando os fatos, a dificuldade aumenta-se, a confusão é certa: a memória do aluno fatigada enreda-se em um dedalo de particularidades, e perde de vista a marcha geral dos acontecimentos. O único meio de vencer essa dificuldade, é introduzir no estudo da idade média a unidade, ligar os acontecimentos em uma narração exata, mas sóbria e desembaraçada de pormenores. O estudo da

história não é um esforço mecânico de memória para aglomerar na cabeça do aluno o maior número possível de fatos (Homem de Mello, 1868, p. 363).

Com esses apontamentos acerca dos problemas de ensino, Homem de Mello elucidou as qualidades esperadas para a História ensinada, como a narração exata e sóbria, a ligação entre os acontecimentos e sem a busca da memorização mecânica. O método de ensino necessariamente não deveria seguir a progressão cronológica, e, além disso, as habilidades esperadas no ensino de História encontravam-se ancoradas na compreensão dos processos e fazeres históricos, ou seja, no julgamento das narrativas. A memorização foi apresentada como uma deficiência, um desperdício para o aluno, que perdia tempo com a reunião de fatos isolados. De alguma forma, os problemas pensados para a História no Pedro II se coadunavam com os debates gestados no âmbito do IHGB, no processo de valorização do julgamento e da verdade histórica. Contudo, no Pedro II essa inquietação era tingida com uma conotação pedagógica, de formar o cidadão (Mattos, 2000).

Os problemas elencados por Homem de Mello também se faziam presentes no compêndio adotado na instituição:

O livro, que serve de tema às preleções da cadeira, é sumamente deficiente nos fatos, ao passo que é demasiado em considerações, que às vezes enchem páginas inteiras; o estilo não é o de uma obra didática: Muitas vezes, a pedido dos alunos, tenho-me visto obrigado a suprir com postilas o que aí lhes parece difuso e deficiente [...] (Homem de Mello, 1868, p. 363).

A reivindicação do professor Homem de Mello era por um compêndio de História que apresentasse os elementos requeridos para uma obra didática, ou seja, a ausência de descrições minuciosas e maior fluidez na narrativa. Isso implicava mais uma vez dizer que, pautado na avaliação empreendida por ele, o compêndio de História Universal adotado no Imperial Colégio Pedro II possuía uma narrativa histórica que não deveria ser vista como material didático, mas, sim, uma análise histórica adensada, provida de uma narrativa complexa. Possivelmente, tratava-se de uma leitura gestada por um erudito que não teria sido exitoso na adaptação da linguagem para o público escolar. O livro criticado pelo docente tinha sido publicado em 1860 por outro docente da escola: Justiniano José da Rocha (Altoé, 2016).

A partir das demandas dos alunos, Homem de Mello afirma que já havia produzido apostilas para sanar as fragilidades do manual didático. Além disso, ele informou que estava escrevendo outro livro:

Neste sentido estou organizando um compêndio, em que, sem sacrificar os fatos importantes, procuro guardar a unidade e a concisão, primeiras condições de uma obra didática. No meu sistema o estudo da idade média compreende um só ano, como entendo dever ser, pelas razões aduzidas (Homem de Mello, 1868, p. 363).

Possivelmente, esse projeto de produção de um compêndio de História Universal para ser adotado no Colégio Pedro II não chegou a ser concluído, pois, apenas um ano após a escrita desse relatório, Homem de Mello solicitou ao imperador a exoneração de seu cargo de professor catedrático em decorrência de sua nomeação para presidente da província de São Paulo. A partir daquele momento, o docente passou a atuar como um importante nome do corpo burocrático imperial, ocupando o cargo de presidente de províncias como Ceará, Rio Grande do Sul e Bahia. Somente com a República ele voltaria a atuar no ensino de História, em novos enredos da história encenada.

3. Ato final

Neste artigo, busquei problematizar como um dos protagonistas dos fazeres historiográficos no Brasil da segunda metade do século XIX mobilizou a concepção de história nos âmbitos da escrita e do ensino. Um protagonismo exercido por sua ambivalência de lugares institucionais para pensar a história. A experiência historiográfica de Homem de Mello revela uma fresta de leitura muitas vezes homogeneizante acerca da evocação do conhecimento histórico no decurso do processo de construção da nação brasileira, na qual, muitas vezes, de forma equivocada, essa leitura é associada a uma concepção ingênua de que todos os historiadores buscavam afastar-se dos problemas pensados no seu tempo e investigar com objetividade o passado.

Francisco Homem de Mello pensou a história em perspectiva pragmática, atribuindo-lhe uma utilidade de orientação dos governantes no processo de construção da nação imperial. Ao buscar as experiências exitosas do passado tido como áureo, Homem de Mello elucidava a possibilidade de usar essas narrativas como exemplos a serem seguidos no tempo presente. O passado emergia como espelho para direcionar as escolhas do hoje e encaminhar na tomada de decisão dos caminhos do amanhã. Desse modo, o passado encontrava-se coadunado com o presente e com as projeções de futuro. Ao pensar a história, o historiador atuava como um ator político que tecia uma leitura comum de passado e um projeto de futuro, prestando um serviço público ao Império.

Oriundo do Seminário de Mariana e da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco de São Paulo, Francisco Homem de Mello pensou a história como um tribunal

que possibilitava a construção da justiça. Ao historiador cabia o julgamento dos fatos, na seleção dos grandes episódios que engrandeceram a pátria, separando-os dos fatos miúdos, dos detalhes tidos como inúteis à construção do conhecimento. Essa conduta historiográfica de seleção dos fatos perpassava diferentes palcos onde se pensava a história. Ao assumir a cátedra de História Antiga e Medieval no Imperial Colégio Pedro II, o professor Homem de Mello revelava os receios em lecionar conteúdos que iam de encontro aos princípios morais e que pudessem fragilizar a consolidação do processo de implementação da civilização.

Na docência, Homem de Mello revelou outras inquietações do seu pensamento histórico e, igualmente, da apreciação acerca do projeto de nação empreendido ao longo do segundo Império. Isso se deu por meio do questionamento do currículo vigente na disciplina de História Universal no Colégio Pedro II. Ele propôs a redução do tempo dedicado ao ensino sobre as civilizações antigas, a escrita de um novo compêndio, o repensar sobre o método de ensino e questionou a pertinência de um modelo curricular voltado para a formação de eruditos da História.

Neste sentido, as experiências historiográficas de Francisco Homem de Mello ao longo do seu primeiro decênio de atuação pública explicitam algumas pistas acerca do lugar da história no processo de construção de uma identidade nacional. Além disso, revelam algumas suspeitas para relativizar o problema da formação do historiador no Brasil oitocentista. Ao mensurarmos diferentes instituições que mobilizavam o conhecimento histórico no Império do Brasil, torna-se possível entender a complexidade dos fazeres históricos e do lugar do historiador na sociedade brasileira. Neste sentido, as experiências de Homem de Mello foram emblemáticas e abrem espaço para novas leituras.

Referências

- ALTOÉ, D. M. 2016. *A escrita da história da antiguidade no Brasil oitocentista: um estudo do Compêndio de História Universal (1860), de Justiniano José da Rocha*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 97 p.
- ANDRADA JÚNIOR, M. F. R. 1921. *Contribuindo*. São Paulo, Monteiro Lobato & C. 164 p.
- BARBOSA, J. da C. 1843. Relatório anual do primeiro secretário, lido no dia 12 de dezembro de 1843. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 5:1-29.
- BERSTEIN, S. 1998. A cultura política. In: J. P. RIOX; J. F. SIRINELLI, *Por uma História Cultural*. Lisboa, Estampa, p. 349-363.
- BITTENCOURT, C. M. F. 1993. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. São Paulo, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 393 p.
- BITTENCOURT, C. 2009. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 408 p.
- BLAKE, A. V. A. S. 1893. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello. In: *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, vol. 2, p. 464.
- BOEIRA, L. F. 2013. *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial*. Porto Alegre, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 315 p.
- BOEIRA, L. F. 2014. O barão Homem de Mello no IHGB: biógrafo e viajante, político e historiador. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/RS, XII, São Leopoldo, 2014. *Anais...* Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1: 1-10.
- CAVENAGHI, A. J. 2006. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana. *Anais do Museu Paulista*, 14(1):1-20.
- CÉZAR, T. 2018. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte, Autêntica, 253 p.
- CHERVEL, A. 1990. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Revista Teoria e Educação*, 2:177-229.
- DÓRIA, E. 1997. *Memória histórica do Colégio Pedro Segundo (1837-1937)*. Brasília, INEP, 302 p.
- ENDERS, A. 2014. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro, FGV, 392 p.
- FERREIRA, J. P. 2000. O judeu errante: a materialidade da lenda. *Revista Olhar*, 2(3):1-7.
- GASPARELLO, A. M. 2004. *Construtores de Identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo, Iglu, 238 p.
- GUIMARÃES, M. L. S. 2011a. *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 284 p.
- GUIMARÃES, M. L. P. 2011b. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 2ª ed. São Paulo, Anablume, 184 p.
- HOMEM DE MELLO, F. I. M. 1868. *Escreptos históricos e litterarios*. Rio de Janeiro, Laemmert, 370 p.
- HOMEM DE MELLO, F. I. M. 1858. *Estudos históricos brasileiros*. São Paulo, Typographia 2 de dezembro de Antônio Louzada Antunes, 240 p.
- IHGB. 1918. Actas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo 83, p. 294.
- IHGB. 1860. Ata da 3ª Sessão Ordinária no dia 17 de junho de 1859. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. XXII:641.
- IHGB. 1858. Atas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. XXI:440-441.
- MALEVAL, I. T. 2015. *Entre a "arca do sigilo" e o "tribunal da posteridade": o (não) lugar do presente nas produções do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 348 p.
- MATTOS, S. R. de. 2000. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro, Acces, 186 p.
- MELO, C. F. C. B. de. 2008. *Senhores da História e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte, Argumentum, 224 p.
- OLIVEIRA, M. da G. de. 2011. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro, FGV, 209 p.
- PINTO, L. M. da S. 1832. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Ouro Preto, Typographia Silva, 645 p.
- PORTO ALEGRE, M. de A. 1849. Atas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, 12(16):555.

- RÉMOND, R. 2003. *Por uma história política*. Rio de Janeiro, FGV, 320 p.
- SANTOS, A. L. M.; FERRONATO, C. 2019. Sob o falso prestígio do maravilhoso: o ensino de História nos pareceres da Instrução pública de 1883. *História & Ensino*, 25(2):115-138.
- SANTOS, E. 2009. *Tempos da pesquisa, tempos da escrita: a biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen (1840-1873)*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 137 p.
- SANTOS, M. F. J. 2020c. “A guarda fiel de nossas tradições e da nossa história”: o Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a invenção dos heróis potiguares (1902-1917). In: C. C. BRITTO; M. N. B. CUNHA; S. M. CERÁVOLO (org.), *Estilbaços da memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil*. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico; Salvador [BA]: Observatório da Museologia na Bahia [UFBA/CNPq], p. 159-176.
- SANTOS, M. F. J. 2021. “Assim se faz história, assim deve ser ensinada”: Manoel Bomfim e a instrução histórica no ensino primário (1899-1930). *Anos 90*, 28:1-21.
- SANTOS, M. F. J. 2020a. “Aos que tivessem afeição de saber das cousas pátrias”: Américo Braziliense, a escrita da história escolar e a invenção do espaço paulista (1873-1879). In: J. P. G. OLIVEIRA; L. S. MANKE; M. F. J.; SANTOS (org.), *Histórias do Ensino de História: projetos de nação, materiais didáticos e trajetórias docentes*. Recife, Universidade de Pernambuco, p. 45-72.
- SANTOS, M. F. 2019. “Um operoso e erudito estudioso da história de nossa pátria”: Raphael Galanti e o ensino de história do Brasil (1896-1917). *Antiguos Jesuitas en Iberoamérica*, 7(2):42-62.
- SANTOS, M. F. J. 2020b. “Uma das mais bellas páginas de vosso brilhante passado”: Barão Homem de Mello, o IHGSE e a invenção do herói de Aracaju (1917). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, 2(50):126-154.
- SCHWARCZ, L. M. 1993. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, Companhia das Letras, 287 p.
- SOUZA, R. A. Q. 1999. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro/Niterói, EDUERJ/EDUFF, 279 p.
- TIBURSKI, E. L. 2011. *Escrita da história e tempo presente no Brasil oitocentista*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 147 p.
- TURIN, R. 2015. A prudência dos antigos: figurações e apropriações da tradição clássica no Brasil oitocentista. O caso do Império Colégio Pedro II. *Anos 90*, 22(41):299-320.
- TURIN, R. 2011. Os antigos e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB (1840-1860). *L'Atelier du Centre de recherches historiques*, 7:1-19.
- WEHLING, A. 1983. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 338:14-15.

Submetido em: 21/10/2021

Aceito em: 24/01/2022